

OS ESTUDOS CLÁSSICO-HUMANISTA VERSUS OS ESTUDOS CIENTÍFICOS NO LICEU DE COIMBRA E NO IMPERIAL COLLEGIO DE PEDROII 1836-1855.

António Gomes Ferreira. UC. PT.

Ariclê Vechia.UFPR/UTP.

Eixo temático: nº 2. História da Profissão Docente e das Instituições Escolares.

Com esta comunicação pretendemos lançar um olhar sobre os primeiros planos de estudo de duas instituições de ensino secundário, criadas num mesmo período mas sujeitas a conjunturas políticas diferenciadas. Ao escolhermos uma instituição de ensino portuguesa e outra brasileira pretendemos ver possibilidades de concretização duma reorganização do ensino secundário à luz das diferentes interpretações da ideologia liberal que condicionaram as políticas dominantes nos dois países. Neste trabalho houve especial preocupação em ver como evoluiu a distribuição das disciplinas de humanidades e de ciências nos planos de estudos estipulados para os dois estabelecimentos de ensino, tendo em vista compreender a presença de tais conteúdos em articulação com os interesses das elites que governavam os países em causa.

Em Portugal, a Revolução Liberal de 1820 proporcionou ocasião para que políticos e intelectuais progressistas manifestassem a esperança de regenerar a sociedade portuguesa através da expansão da escolarização. Todavia, não só o processo político que se seguiu foi demasiado conturbado para que se cumprissem tais esperanças, como as condições económicas sempre foram um entrave à concretização desses ideais. Não há dúvida que a investida mais ousada veio da iniciativa de Passos Manuel, que, três meses após a Revolução Setembrista de 1836, que colocou no poder a ala esquerda liberal, promoveu uma série de reformas que afetaram todos os níveis de ensino. Medida especialmente inovadora foi a criação do Liceu, instituição escolar destinada a

articular a instrução compreendida entre os ensinos elementar e superior e que devia substituir o ensino até então ministrado por meio das Aulas Régias ou aulas avulsas de Gramática Latina, Retórica e Filosofia. Com o Liceu pretendia-se imprimir uma nova orientação ao ensino secundário, tornando-o mais adequado às necessidades concretas da sociedade.

No Brasil, depois da independência política em 1822, o debate sobre a educação foi acirrado, principalmente, durante a Assembléia Constituinte de 1823. Mesmo depois de outorgada a Constituição inúmeros projetos educacionais foram apresentados, contudo, o ensino secundário não foi contemplado. Posteriormente, durante o período Regencial este tipo de ensino passou a ser alvo de atenção dos Ministros do Império. A solução encontrada foi a criação de uma instituição, no Município da Corte, que servisse de modelo para suas congêneres já existentes e as que viessem a ser fundadas. Criado pelo Decreto de 2 de Dezembro de 1837, o Imperial Collegio de Pedro II representou a primeira iniciativa do Governo Imperial de estabelecer o ensino secundário publico no Município da Corte e buscar alguma uniformização no ensino secundário no país.

Vistos na globabilidade, o plano de estudos destinado aos liceus de Portugal e o proposto para o Collegio de Pedro II apresentam bastante semelhança. No entanto, as finalidades a que se propunham eram diferentes. O plano de estudos para o ensino secundário em Portugal pretendia atender às novas exigências de uma burguesia progressista. Por esse motivo, além de ser direcionado para aqueles que quisessem seguir os cursos superiores, deveriam oferecer os fundamentos necessários aos que pretendessem exercer cargos públicos e atividades comerciais e industriais. O plano de estudos do Collegio de Pedro II, por sua vez, tinha por objetivo principal conduzir o aluno ao ingresso nos cursos superiores e elevar os estudos de Humanidades no Brasil. Para atingir as finalidades traçadas o plano para os liceus portugueses buscava conciliar duas tendências de diferente filiação: de um lado, a força da tradição clássica-humanística do Collegio das Artes, com um corpo de conhecimentos consolidado e, de outro, a marca de uma concepção liberal radical, que visava a formação do cidadão capaz do exercício político. A nova orientação conferia ao plano de estudos uma maior preocupação em adequar-se às necessidades da sociedade que se

queria apostada no desenvolvimento global do país. Estava-se, de fato, diante de um documento claramente orientado para dar “ilustração geral”, mas também direcionado para abranger a grande massa de cidadãos visando, assim, fomentar o desenvolvimento do comércio e da indústria através da qualificação dos portugueses.

O plano de estudos do Collegio de Pedro II, por sua vez, tinha em vista formar pessoas à luz dos interesses duma corte que se queria dotada de pessoas que a dignificassem entre as nações mais ilustres. Não admira, por isso, que ele fosse enciclopédico, abrangendo disciplinas humanísticas e de ciências, além de desenho e música vocal. Este plano, pode ser considerado progressista, pois, além de abarcar praticamente todos os conhecimentos de então, os mesmos eram ensinados em disciplinas autônomas. No entanto, a ênfase dada aos estudos de Humanidades, evidenciada pela distribuição da carga-horária, era esmagadora.

Devido às dificuldades de implementação deste plano de estudos, o mesmo foi reformulado em 1 de fevereiro de 1841. Segundo a justificativa apresentada, as modificações visavam “adequar os estudos ao nível de desenvolvimento dos alunos”. Assim sendo, o Regulamento fixava o curso do Collegio em sete anos dando uma nova organização às disciplinas pelos anos do curso para tornar os conhecimentos mais acessíveis aos alunos. Na área de Humanidades foram mantidas praticamente as mesmas disciplinas constantes do plano de 1838, com pequenas alterações. No entanto, a área de Ciências sofreu alterações e avanços significativos. A disciplina Astronomia foi excluída, sendo que duas novas disciplinas foram acrescentadas: Mineralogia e Zoologia Filosófica que buscavam aprofundar e modernizar os conhecimentos científicos oferecidos no Collegio.

Em Portugal, a Reforma de Passos Manuel, decretada em 1836, somente começou a ser implementada no então Liceu de Coimbra no ano letivo de 1840-1841. A maioria das disciplinas propostas, como Latim, Grego, Retórica e Poética, Aritmética, Geometria e Geografia, Língua Francesa, Gramática Portuguesa e Latina, História Geral Portuguesa, Latinidade, Hebraico e Língua Inglesa (GOMES, 1984, p.54), já vinha, de uma forma ou de outra, sendo estudada no antigo Collegio das Artes

Assim, no Liceu de Coimbra e no Collegio de Pedro II, no ano letivo de 1840-1841 e em 1841, respectivamente, tinham início as atividades com os novos planos de estudos. Os estudos humanísticos dos dois estabelecimentos mantinham os estudos clássicos – humanistas tradicionais com o estudo de Gramática Latina, Retórica e Poética, Gramática Geral, Filosofia e Grego e duas línguas modernas, a Francesa e a Inglesa, às quais se juntava a Alemã.

Os dois planos abrangiam também estudos filosóficos, mas enquanto no Collegio de Pedro II era ensinada a disciplina de Filosofia, cujos conteúdos englobavam Lógica, Moral Individual, Moral Social e Moral Religiosa, no Liceu de Coimbra, os alunos teriam Ideologia, Gramática Geral e Lógica e, na Universidade, Direito Natural. A inclusão destas disciplinas era reflexo das idéias liberais radicais que nortearam a elaboração da reforma em Portugal.

Analizando mais pormenorizadamente, verificamos que no Liceu de Coimbra era dada ênfase ao estudo da Língua Portuguesa, sua Gramática e sua Literatura, o que não acontecia no Collegio de Pedro II. O plano de estudos desta instituição parecia demonstrar que o Brasil, um país em fase de formação, queria assentar a base de seus estudos no domínio da Língua Latina. De qualquer modo, o estudo de Latim era considerado fundamental para qualquer dos países, pois o próprio estudo da Língua Portuguesa se fundamentava nele.

Ambos os planos contemplavam ainda os estudos de História, Geografia e Cronologia. No Liceu de Coimbra essas disciplinas faziam parte de uma mesma cadeira. No Collegio de Pedro II a História e a Geografia figuravam como disciplinas autônomas e a Cronologia integrava-se numa denominada Geografia, Matemática e Cronologia.

Alinhados com o pensamento pedagógico moderno, os planos de estudo de ambas as instituições revelavam também já atenção para com as disciplinas da área de Ciências. Devido à conciliação da preocupação econômica com a filiação do liceu à Universidade, algumas cadeiras, as das áreas da Matemática e de Ciências não foram criadas no Liceu, devendo ser supridas por disciplinas análogas ofertadas na Universidade.

De acordo com os princípios norteadores da Reforma de Passos Manuel, os estudos de Física, de Química e de História Natural deveriam ser aplicados visando o desenvolvimento das Artes e da Indústria. Porém, ao serem substituídas por cadeiras da Faculdade de Filosofia, certamente esse direcionamento não era levado em conta uma vez que os estudos da Faculdade não perseguiram essa finalidade.

No Collegio de Pedro II os estudos de ciências davam um ar moderno ao ensino ministrado na instituição. Os estudos de História Natural abriam-se em novas especificidades como a Geologia, que juntamente com Mineralogia, aprofundava os estudos da Terra e a Zoologia Filosófica, que tinha por objetivo o estudo das teorias sobre a evolução no Reino Animal, o que evidencia uma maior conscientização por parte dos legisladores e dos intelectuais brasileiros sobre a necessidade de desenvolver o conhecimento sobre a flora, a fauna e o solo brasileiros, tão pouco estudados até então.

Os estudos de Matemática, do Collegio de Pedro II, agrupavam Aritmética e Geometria em uma disciplina, e, Geometria e Trigonometria Retilínea em outra.

Tanto no Liceu de Coimbra quanto no Collegio de Pedro II, além de estudos das áreas de Ciências e Humanidades, eram oferecidas outras disciplinas, tais como Princípios de Economia Política, Administração Pública e Comércio na intuição portuguesa, e Desenho em ambas. No entanto, em Coimbra, os alunos que quisessem cursar as referidas disciplinas, deveriam freqüentar as aulas juntamente com os alunos da Universidade.

Na sequência de mudanças políticas em Portugal, o Ministro Costa Cabral, seguindo uma política seguramente mais pragmática e conservadora, reformulou o ensino secundário em 1844. O pragmatismo da política de Costa Cabral teve como consequência imediata a indicação de um plano de estudos mais restritivo. De fato, para a generalidade dos liceus, o plano de estudos apenas contemplava seis disciplinas, quase todas ligadas às Humanidades e à Cultura Geral. Somente alguns liceus, como o de Coimbra, contemplavam mais algumas disciplinas, indicadas no próprio documento oficial.

Na área de Humanidades, quase tudo permaneceu inalterado. No entanto, as disciplinas representativas do pensamento liberal radical, foram substituídas por

Filosofia, o que, aproximou os planos de estudos das instituições analisadas. Mas a área de Ciências sairia prejudicada, pois o Decreto não contemplava para a maioria dos Liceus tais estudos, estipulando, apenas, que os mesmos deveriam ser disponibilizados quando existisse necessidade e condições. Ora, no caso do Liceu de Coimbra, tais estudos poderiam ser frequentados na Faculdade de Filosofia.

Tudo indica que, porém, que o ensino científico ganhara força decisiva em meados da década de 50. Na verdade, não só as disciplinas de Ciências passam a ser ensinadas no próprio Liceu de Coimbra no ano letivo de 1854-1855 (RELAÇÃO e Índice Alfabético...(1847-1856), como a Reforma de Couto Ferraz considerou o ensino científico como base de uma instrução secundária. Saliente-se que a Reforma de Couto Ferraz, aprovada em 1855, modificou profundamente os estudos do Collegio dividindo-os em dois ciclos: o primeiro ciclo com duração de quatro anos deveria ser freqüentado por todos os alunos do Collegio, que, ao final deste período, poderiam prosseguir os Estudos de Segunda Classe no próprio Collegio e obter o título de Bacharel em Letras que lhes conferia o direito à matrícula em qualquer instituição de ensino superior ou requerer um certificado de conclusão de curso que lhes daria o direito de ingressar em um dos institutos de formação técnica, sem prestar novos exames.

Esta nova estruturação do plano de estudos resultou acabou por enfatizar os estudos científicos por alocá-los nas primeiras séries do plano tornando-os assim, obrigatórios para todos os alunos. Na redistribuição das disciplinas nas séries, no entanto, no que diz respeito aos estudos de humanidades, pouco mudou em relação ao plano anterior pois, as disciplinas da área foram distribuídas pelas séries finais do plano de estudos.

No Liceu de Coimbra, as disciplinas da área das Ciências, por sua vez, sofreram algumas alterações. Conforme mencionado, as cadeiras que anteriormente podiam ser freqüentadas pelos alunos na Universidade, foram instaladas no próprio Liceu de Coimbra, tais como as de: Aritmética, Álgebra Elementar, Geometria Sintética Elementar, Princípios de Trigonometria e Geografia Matemática. Foram também criadas, as de Princípios de Física e Química e Introdução à História Natural dos Três Reinos. Desta maneira, procurava-se adequar o ensino de tais ciências à

capacidade dos alunos que freqüentavam o ensino secundário, o que era difícil de conseguir ao seguirem as cadeiras ministradas na Universidade.

De qualquer modo, nesse período em estudo, tanto em Portugal como no Brasil, sentia-se a controvérsia sobre a relevância a dar ao ensino das humanidades face do ensino das ciências. No fundo, tratava-se de equacionar o que mais interessava para a educação burguesa: se propiciar uma formação fundada num forte domínio da palavra, que tanto havia ajudado a cimentar o poder burguês, se buscar um conhecimento científico, que parecia vir a prometer níveis de desenvolvimento nunca vistos antes. Para quem procurava nos estudos uma formação que o colocasse numa posição importante, havia, obviamente, o caminho do ensino superior e, fora disso, o conhecimento que lhe assegurasse um domínio da palavra capaz de torná-lo hábil para a administração ou para a religião. Além disso, alguns dos liberais mais desenvolvimentistas pensavam que era preciso cuidar de se formar técnicos capazes de servir uma industrialização que urgia fomentar nos seus países, mas que, por sua vez, tardando a generalizar-se não parecia suficientemente motivadora para a maioria dos jovens ou das famílias que apostavam no ensino secundário de então. Diante deste quadro de pensamentos sobre as necessidades de formação, que podia ainda comportar algumas perspectivas mais radicais, o dilema de qualquer deliberação assentava em saber o que o país comportava ou o país que se projetava. Como é evidente, qualquer decisão numa tal situação nunca seria completamente pacífica.

Considerando ambos os países, não nos parece difícil concluir que o ensino das ciências disponibilizado estava longe de constituir uma tentativa de generalização dum saber científico e técnico. De qualquer modo, era visível que se entendia necessário integrar o ensino da matemática, do desenho e das ciências físico-naturais no ensino secundário, de modo a poder contar com pessoas capazes de dar resposta a actividades que cada vez mais se mostravam importantes para o progresso dos respectivos países.

NOTAS DE REFERENCIA.

FERREIRA, António Gomes; RODRIGUES, António Simões. Gênese e desenvolvimento de um ensino secundário para elites em Portugal (do século XIX ao século XX). In: RIBEIRO, M. M. T. (Coord.). Portugal – Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX. Actas do Colóquio. Coimbra: CEIS20. Quarteto, 2003.

GOMES, Joaquim Ferreira. ESTUDOS DE HISTORIA E DE PEDAGOGIA. Coimbra: Almedina, 1984.

RELAÇÃO e Índice Alfabético dos estudantes matriculados na Universidade e no Liceu de Coimbra para os Anos lectivos de 1847 a 1856.